



**PORTARIA Nº 58, DE 28 DE JANEIRO DE 2016**

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art 1º - Tornar sem efeito a publicação referente ao Processo: 01400.020611/2011-95 , Projeto: Jogo Fatal - Campinas e manutenção temporada - Pronac: 11 4957, na Portaria nº 267/2015 de 08 de maio de 2015, publicada no D.O.U. nº 87 de 11 de maio de 2015, Seção 1, página 16.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

**Ministério da Defesa**

**GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA NORMATIVA Nº 2/GAP/MD, DE 11 DE JANEIRO DE 2016**

Aprova o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 3.702, de 27 de dezembro de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XVIII do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 60320.000760/2015-11, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas em 2017, na forma do Anexo a esta Portaria Normativa e seus Apêndices de 1 a 7.

Art. 2º Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ALDO REBELO

**ANEXO**

**PLANO GERAL DE CONVOCAÇÃO PARA O SERVIÇO MILITAR INICIAL NAS FORÇAS ARMADAS EM 2017**

**INTRODUÇÃO**

**1.1. Finalidade**

Regular as condições de recrutamento dos brasileiros da classe de 1998 para a prestação do Serviço Militar Inicial nas Forças Armadas no ano de 2017.

**1.2. Legislação e Atos Normativos**

1.2.1. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988;

1.2.2. Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar - LSM), com as modificações das Leis nº 4.754, de 18 de agosto de 1965, e nº 12.336, de 26 de outubro de 2010, e dos Decretos-Lei nº 549, de 24 de abril de 1969, nº 715, de 30 de julho de 1969, nº 899 de 29 de setembro de 1969, e 1.786, de 20 de maio de 1980;

1.2.3. Lei nº 3.282, de 10 de outubro de 1957 (Amparo do Estado aos Conscritos);

1.2.4. Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967 (Lei de Prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários - MFDV), com as modificações das Leis nº 5.399, de 20 de março de 1968, e nº 7.264, de 4 de dezembro de 1984, e Decreto-Lei nº 2.059, de 1º de setembro de 1983;

1.2.5. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Estabelece normas para as eleições);

1.2.6. Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007 (Lei de Mobilização Nacional);

1.2.7. Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar - RLSM), modificado pelos Decretos nº 58.759, de 28 de junho de 1966, nº 76.324, de 22 de setembro de 1975, nº 93.670, de 9 de dezembro de 1986, nº 627, de 7 de agosto de 1992 (Multa - UFIR), e nº 1.294, de 26 de outubro de 1994;

1.2.8. Decreto nº 60.822, de 7 de junho de 1967 (Instruções Gerais para Inspeção de Saúde dos Conscritos nas Forças Armadas - IGISC), modificado pelos Decretos nº 63.078, de 5 de agosto de 1968, e nº 703, de 22 de dezembro de 1992;

1.2.9. Decreto nº 63.704, de 29 de novembro de 1968 (Regulamento da Lei de Prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários - RLMFDV), modificado pelos Decretos nº 91.206, de 29 de abril de 1985, nº 1.295, de 26 de outubro de 1994, e 2.057, de 4 de novembro de 1996;

1.2.10. Decreto nº 66.949, de 23 de julho de 1970 (Instruções Gerais para a Coordenação da Conscrição nas Forças Armadas - IGCCFA);

1.2.11. Decretos nº 1.294 e nº 1.295, de 26 de outubro de 1994 (Serviço Militar para mulheres);

1.2.12. Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013 (Estrutura Regimental do Ministério da Defesa);

1.2.13. Portaria nº 1.628/COSEMI, de 7 de junho de 1983 (Instruções Gerais para o Serviço Militar de Brasileiros no Exterior - IGSME);

1.2.14. Portaria nº 422-SC-5, de 21 de fevereiro de 1990 (Amparo do Estado ao Conscrito);

1.2.15. Portaria nº 2.681/COSEMI, de 28 de julho de 1992 (Regulamento da Lei de Prestação do Serviço Alternativo - RLPSA), modificada pela Portaria nº 3.656/COSEMI, de 21 de outubro de 1994;

1.2.16. Portaria nº 983/DPE/SPEAI/MD, de 17 de outubro de 2003 (Aprova a diretriz para o relacionamento das Forças Armadas com as comunidades indígenas);

1.2.17. Portaria Normativa nº 147/MD, de 16 de fevereiro de 2004 (Regulamenta o estabelecimento de convênios para a prestação do Serviço Alternativo ao Serviço Militar, concede dispensa do Serviço Alternativo ao Serviço Militar aos atuais eximidos e dá outras providências);

1.2.18. Portaria Normativa nº 3.011, de 18 de novembro de 2014 (Dispõe sobre a gestão dos recursos do Fundo do Serviço Militar (FSM); e

1.2.19. Resolução nº 4, de 30 de setembro de 2011, da Comissão Nacional de Residência Médica (Dispõe sobre a reserva de vaga para residente médico que presta Serviço Militar), publicada no DOU nº 190, de 3 de outubro de 2011.

**2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

2.1. A unificação do recrutamento para as Forças Armadas foi implantada em todo o território nacional e se encontra em pleno funcionamento desde 2003.

2.2. O Ministério da Defesa (MD) estabeleceu a sistemática utilizada pelo Exército Brasileiro (EB) como base para a implantação do modelo unificado por ser um sistema informatizado, testado e abrangente em todo o território nacional, sendo denominado Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização (SERMILMOB).

2.3. Os Órgãos de Alistamento (OA) da Marinha do Brasil (MB) e da Aeronáutica (Aer) foram desativados, ficando as Juntas de Serviço Militar (JSM) responsáveis por realizar o alistamento do conscrito para as três Forças.

2.4. A Diretoria de Serviço Militar (DSM), como órgão técnico-normativo no âmbito do Exército e gestor do SERMILMOB, tem a responsabilidade de propor ao Ministério da Defesa soluções para os problemas relativos à legislação do Serviço Militar, em ligação com as demais Diretorias correspondentes na Marinha e na Aeronáutica.

2.5. As Regiões Militares (RM), juntamente com os Órgãos de Serviço Militar (OSM) subordinados, são os executores das atividades de Serviço Militar em suas áreas, coordenando suas sedes em ligação com os Distritos Navais (DN) e Comandos Aéreos Regionais (COMAR) situados em suas respectivas áreas regionais.

2.6. Os procedimentos a adotar em âmbito regional devem ser fruto de discussão entre os OSM das três Forças, sendo comunicados à Diretoria do Pessoal Militar da Marinha (DPMM), à Diretoria de Serviço Militar (DSM) e à Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP) e, dessas, ao Ministério da Defesa, para fins de conhecimento e gerência do processo, em âmbito nacional.

**3. RECRUTAMENTO**

**3.1. Convocação**

Serão convocados à prestação do Serviço Militar Inicial todos os brasileiros da classe de 1998, do sexo masculino, e os das anteriores que estejam em débito com o Serviço Militar.

**3.2. Alistamento**

3.2.1. As Juntas de Serviço Militar (JSM) dos Municípios são os órgãos executores do alistamento militar de todos os cidadãos, independentemente da Força em que desejarem prestar o Serviço Militar Inicial.

3.2.2. Ao se apresentar na JSM para o alistamento o brasileiro deverá apresentar os seguintes documentos:

- certidão de nascimento ou prova equivalente (carteira de identidade; carteira de trabalho; carteira profissional; passaporte; carteira de identificação funcional; ou outro documento público que permita a identificação do alistando);
- comprovante de residência ou declaração assinada; e
- duas fotografias 3 x 4 cm.

3.2.3. Nas 5ª, 6ª, 8ª e 9ª RM, o Alistamento Militar poderá ser efetuado, também, pela internet. Para isso, os conscritos convocados deverão acessar o site <http://www.sermilweb.eb.mil.br/> e preencher um formulário de alistamento militar. Ao término desse processo, será gerado um Registro de Alistamento (RA).

3.2.4. O brasileiro residente há mais de um ano da data do início da seleção, em Município não-tributário (MNT), pertencente à Classe Convocada ou de classes anteriores, em débito com o serviço militar, poderá, a critério das RM, ser aceito como voluntário com a finalidade de atender as necessidades específicas das Forças Armadas.

3.2.5. Com exceção do prescrito na LSM/RLSM, nenhum cidadão poderá ser dispensado do pagamento da taxa e multas militares.

3.2.6. Em função da unificação do Alistamento, nos municípios de tributação exclusiva para a MB ou para a Aer, os Distritos Navais e os Comandos Aéreos Regionais deverão ligar-se, entre 16 de novembro e 16 de dezembro, com as RM para detalhamento da data e do local de apresentação para a Seleção Geral no ano seguinte, os quais deverão constar nos Planos Regionais de Convocação (PRC) das Regiões Militares.

3.2.7. A incorporação fica condicionada a que o convocado tenha menos de 30 (trinta) anos de idade e tenha sido julgado em inspeção de saúde, exceto os MFDV.

3.2.8. As RM deverão instruir os OSM de sua área de jurisdição no sentido de registrar a data de retorno do alistado à JSM para fins de conhecimento de sua destinação, devendo encaminhar de forma escalonada os conscritos destinados à Seleção Geral, a fim de não exceder as reais possibilidades de atendimento diário das Comissões de Seleção (CS) e das Comissões de Seleção das Forças Armadas (CSFA).

3.2.9. Os prazos de alistamento, as situações e os destinos dos conscritos durante o processo de Alistamento Militar constam do Apêndice 2 e deverão ser detalhados nas Instruções Complementares de Convocação (ICC) de cada Força.

**3.3. Seleção Geral e Especial**

3.3.1. Os prazos, as datas e os locais de realização da Seleção Geral e Especial constam do Apêndice 2 e deverão ser detalhados nas Instruções Complementares de Convocação (ICC) de cada Força.

3.3.2. As Forças deverão coordenar, em âmbito regional, a composição das CS/CSFA, para atendimento de 100 homens/dia, tomando por base o quadro constante do Apêndice 1, fazendo as adaptações necessárias em função das quantidades de conscritos que comparecerão às CS/CSFA.

3.3.3. Os DN, RM e COMAR deverão ministrar estágios de capacitação para os integrantes das CS específicas de cada Força. O estágio a ser ministrado para as CSFA ficará sob a responsabilidade das respectivas RM.

3.3.3.1. As diárias e passagens necessárias para a realização dos estágios e trabalhos de seleção deverão ser providenciadas pela respectiva Força.

3.3.3.2. As demais despesas e os meios necessários deverão ser distribuídos pelas Forças integrantes da CS/CSFA, mediante entendimento entre os OSM locais.

3.3.3.3. As CS/CSFA deverão dispor de compartimentos individuais (divisórias) para a realização da inspeção de saúde nos conscritos.

3.3.4. Serão submetidos à Seleção Geral os alistados residentes em MT:

- pertencentes à classe de 1998, alistados até 30 de junho de 2016; e

- de classes anteriores, ainda em débito com o Serviço Militar, alistados até 30 de junho de 2016.

3.3.5. O cidadão possuidor de RA (alistamento online) destinado à Seleção Geral deverá comparecer à JSM para obter o CAM. O CAM constituirá condição indispensável para que o conscrito seja submetido à seleção.

3.3.6. As CS/CSFA deverão orientar os conscritos que não possuam Cadastro de Pessoa Física (CPF) para que o obtenham até a data de apresentação na Seleção Complementar, de modo que na incorporação todos possuam esse documento, necessário ao processamento do pagamento de pessoal.

3.3.7. Nos municípios tributários, afastados das sedes das OM, o processo seletivo (CS) poderá ser realizado por OM de outra Força, mais próxima e com melhor estrutura para prestar o apoio.

3.3.8. A Marinha, o Exército e a Aeronáutica deverão organizar CS com seu pessoal, nos locais onde ocorrer tributação exclusiva para essas Forças.

3.3.8.1. A seleção em MT para atender a mais de uma Força será efetuada pelas CSFA que deverão, obrigatoriamente, ser constituídas por integrantes das Forças interessadas, sob a responsabilidade das RM, que realizarão a coordenação com os Comandos dos respectivos DN e COMAR.

3.3.8.2. Os dados dos conscritos apresentados na Seleção Geral deverão ser carregados pelo Presidente da CS/CSFA, semanalmente, no SERMILMOB.

3.3.9. Os procedimentos para CS, CSFA e Comissão de Seleção Especial (CSE) para CPOR/NPOR são regulados em legislação específica sob a responsabilidade do Exército. Tal documentação se encontra disponibilizada para consulta, no sítio da Diretoria de Serviço Militar (<http://dsm.dgp.eb.mil.br>).

3.3.10. Os candidatos matriculados em Escolas Superiores ou cursando o último ano do ensino médio, voluntários ao CPOR/NPOR, somente serão encaminhados à Seleção Especial após serem julgados aptos na Seleção Geral.

3.3.10.1. Os conscritos aptos não aproveitados na Seleção Especial para OFOR retornarão ao processo normal de distribuição às organizações militares da ativa (OMA), por meio do SERMILMOB, devendo ser registrada, no verso do CAM, a data prevista para o conhecimento da distribuição.

**3.4. Distribuição de Conscritos**

3.4.1. É a fase na qual os conscritos aptos, sem restrição na Seleção Geral, serão distribuídos para as Forças ou incluídos no Excesso de Contingente.

3.4.2. Os parâmetros para distribuição dos selecionados aptos na Seleção Geral serão inseridos no sistema pelas RM, após coordenação com os DN e COMAR, de acordo com a Sistemática de Avaliação de Conscritos do SERMILMOB.

3.4.3. Os convocados selecionados serão distribuídos conforme as necessidades das Forças, apresentadas no Boletim de Necessidades (Bol Nec) das Organizações Militares, e de acordo com os entendimentos prévios estabelecidos por ocasião da Reunião de Coordenação da Distribuição, a qual deverá ocorrer até 30 de novembro de 2016, entre os DN, as RM e os COMAR, observando-se os seguintes critérios: